



## PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES ACERCA DO DESENHO INSTITUCIONAL DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Priscila Rondas Ramos Cordeiro Torres Fontes (priscilarondas34@gmail.com,  
Estudante/UFMG-PROMESTRE-FAE)  
Andréia de Assis Ferreira (andreia.assis.ferreira@gmail.com,  
Professora/Centro Pedagógico UFMG)

**RESUMO.** O objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa em desenvolvimento, de Mestrado, que busca compreender a percepção dos estudantes acerca do desenho institucional do Curso de Pedagogia na modalidade a distância ofertado pela Universidade do Estado de Minas Gerais com recursos da UAB e em parceria da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O referencial teórico envolveu contribuições de autores como Pimentel (2018), Kenski (2012), Arruda, Arruda (2015), Gontijo *et al* (2015), entre outros. A pesquisa é exploratória com abordagem qualitativa, e envolveu os seguintes instrumentos metodológicos: revisão de literatura, análise documental, *survey* e grupo focal. Como Recurso Educacional, será desenvolvido um relatório contendo uma proposta de instrumento avaliativo institucional, com o objetivo de contribuir com a melhoria do desenho institucional do curso, superação dos limites e ampliação das possibilidades.

**Palavras-chave:** EaD. Pedagogia. Desenho Institucional. Avaliação. Educação online.

**RESUMEN .** Percepciones del estudiante sobre el diseño institucional del curso de pedagogía a distancia, la Universidad del Estado de Minas Gerais

El objetivo de este artículo es presentar una investigación en desarrollo, de maestría, que busca comprender la percepción de los estudiantes sobre el diseño institucional del Curso de Pedagogía en la modalidad a distancia que ofrece la Universidad Estatal de Minas Gerais con recursos de la UAB y en alianza con el Ayuntamiento. Ayuntamiento de Belo Horizonte. El marco teórico involucró contribuciones de autores como Pimentel (2018), Kenski (2012), Arruda, Arruda (2015), Gontijo *et al* (2015), entre otros. La investigación es exploratoria con enfoque cualitativo, involucró los siguientes instrumentos metodológicos: revisión de literatura, análisis de documentos, encuesta y focus group. Y como Recurso Educativo, se desarrollará un informe que contenga una propuesta de herramienta de evaluación institucional, con el objetivo de contribuir a la mejora del diseño institucional del curso.

**Palabras clave:** EaD. Pedagogía. Diseño institucional. Evaluación. Educación em línea.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma pesquisa de Mestrado em andamento, cuja problemática é a percepção dos estudantes acerca do desenho institucional do Curso de Pedagogia na modalidade a distância ofertado pela Universidade do Estado de Minas Gerais em parceria com a UAB. Além disso, busca-se compreender se os instrumentos internos de avaliação institucional, utilizados na instituição investigada, consegue mensurar tais percepções.

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG foi criada pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989. E ela desempenha um importante papel na formação de cidadãos em todo o Estado de Minas Gerais – sendo *Multi-campi*, presente em mais de 16 municípios, com mais de 20.000 alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) e mais de 1.500 docentes.

A evolução no campo das tecnologias tem provocado significativas mudanças nas formas de socialização e mediação. A criação e o desenvolvimento de processos tecnológicos seguiram a necessidade de alterações nas formas de comunicação, de interação entre as pessoas, e, acompanhando essas mudanças, várias formas de ensino e de educação surgiram e foram sofrendo modificações para se adaptar à realidade de cada época, auxiliadas pelos recursos tecnológicos disponíveis.

Embora não sejam fatores determinantes, o desenvolvimento e a inserção das tecnologias na sociedade estão fortemente associados ao desenvolvimento da educação na modalidade a distância que, a partir da década de 90, com o desenvolvimento e a disseminação do acesso à internet, possibilitou uma rápida e intensa comunicação entre pessoas de diferentes lugares, de forma síncrona ou assíncrona, por meio de diferentes ambientes virtuais (plataformas computacionais), que nasceram com o propósito de se constituírem em espaços de aprendizagens para sujeitos que estão geograficamente distantes uns dos outros e de uma instituição de ensino (GARCIA, 2018, p. 18).

Assim, em 1996, a modalidade de Educação a Distância (EaD) é destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, “Art. 80º. O Poder Público incentivarará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os

níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996), como ação pública educativa para atingir metas de formação inicial e continuada de professores. E na perspectiva de fomentar o desenvolvimento da Educação a Distância, em 2006, destaca-se a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituída por intermédio do Decreto Federal nº 5.800, como política pública, com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da Educação a Distância, com o propósito de execução das políticas educacionais na modalidade a distância nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Ainda que a EaD coopere para o acesso ao conhecimento (MILL, 2015) e para a alargamento de vagas no ensino superior, é pertinente atentar para o fato de que a democratização não se refere apenas à expansão quantitativa de matrículas, vai além e inclui a questão da qualidade pública e da sua relevância social. Tem a ver com qualidade para todos, com acesso e permanência, com a gestão democrática, com a estrutura institucional, com o princípio de educação como bem público e não como negócio (DIAS SOBRINHO, 2010). Perante um cenário crescente de ofertas de cursos na modalidade a distância, faz-se necessário investigar profundamente a qualidade desses cursos, bem como o desenvolvimento e planejamento de avaliações institucionais.

Alguns instrumentos avaliativos são aplicados por órgãos do Ministério da Educação (MEC), e outros são disponibilizados para que sejam aplicados pela própria IES ou, no caso das IES Estaduais, pelos Conselhos Estaduais de Educação. Independente do órgão que os propõe, os instrumentos de avaliação, de alguma forma, fornecem elementos para indicar a efetividade da estratégia na organização. Nesse sentido, este estudo indica a necessidade do investimento em um planejamento que privilegie concepções dialógicas, libertadoras, bem como a formação adequada de profissionais para condução de todo o processo.

O próprio PDI (2013 e 2019) da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, instituição investigada na pesquisa, evidencia que ainda não existe de forma mais sistematizada um plano de Avaliação: “detectou-se a necessidade de repensar a Avaliação Institucional, não só pelas discordâncias com relação ao formato utilizado, mas, também, pelo cenário em que se encontrava a Universidade” (PDI, 2013-2019, p. 36).

Apesar do aumento exponencial de publicações que abordam a EaD e o construto ‘avaliação institucional’, identificamos, na revisão da literatura, uma pluralidade de

significados para os termos.

Considerando que, neste artigo, desenho institucional será entendido como a estrutura orgânica de uma instituição, levando em consideração desde o espaço físico aos processos dinâmicos que envolvem todos os atores da comunidade acadêmica envolvida em um curso ofertado na modalidade EaD, desenvolveremos o objetivo geral: compreender a percepção dos estudantes acerca do desenho institucional do Curso de Pedagogia na modalidade a distância ofertado pela Universidade do Estado de Minas Gerais em parceria com a UAB. E destacaremos o objetivo específico: identificar a percepção dos estudantes de Pedagogia, modalidade a distância, ofertado pela UEMG, turma de 2014, sobre o curso e a formação acadêmica alcançada.

Nesta pesquisa, enfatizamos que conhecer a percepção dos estudantes acerca da sua formação acadêmica é fundamental para se compreender as relações e as estruturas organizacionais inerentes à educação na modalidade a distância. Além disso, esse conhecimento auxilia na compreensão da dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, da relação entre equipe multidisciplinar e estudante, e da infraestrutura organizacional da EaD.

A concepção de percepção adotada nesta investigação é a mesma de Melagrejo (1995), que define percepção “como processo cognitivo da consciência que consiste no reconhecimento, interpretação e significado para a elaboração de julgamentos sobre as sensações obtidas no ambiente físico e social, em que outros processos psíquicos intervêm, dentre os quais o aprendizado, memória e simbolização” (MELAGREJO, 1995, p. 48).

Nesse sentido, esta investigação se propõe a contribuir para a melhoria da compreensão do desenho institucional da UEMG, em particular, a organização e atuação da equipe multidisciplinar na EaD, material didático, infraestrutura e tecnologia, a partir das percepções dos estudantes.

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

O conceito de educação a distância é originário do século XIX. Desde esse período, o desenvolvimento da educação a distância está relacionado ao desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação disponíveis (correspondência, telemática, internet). Entretanto, apesar de a trajetória da EaD ser originária do século XIX, de acordo com Araújo (2016, p. 43), a “ausência de políticas públicas fez com que o Brasil perdesse posições em relação aos outros países no avanço na modalidade e, somente no fim do milênio, voltou a empreender

ações que o colocassem de volta no campo de desenvolvimento da modalidade.”

Nesse contexto, no Brasil, em 1996, instituiu-se a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu art. 80, trouxe importantes determinações sobre o Ensino/Educação a Distância, dentre os quais destacamos: a) A educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União; b) Caberá aos sistemas de ensino normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação. Em 1998, o Decreto 2.494/98 regulamentou o artigo 80 da Lei 9496/96, que define Educação a Distância como uma forma de ensino “que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação”. (BRASIL, 1998).

Em 1999, destacamos a criação de um consórcio interuniversitário, Associação Universidade em Rede – UniRede, que hoje conta com 82 instituições públicas de ensino superior, entre elas a UEMG (desde 2016), e sete consórcios interuniversitários com o objetivo “[...]de democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão, sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada”. Esse programa, portanto, estimulou a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com instituições de ensino superior, como a UEMG.

Posteriormente, em 2005, o Decreto nº. 5.622/2005 deu nova regulamentação ao artigo 80 da Lei 9496/96, trazendo melhor definição de EaD, apresentando aperfeiçoamentos (ARRUDA; ARRUDA, 2015), e este passou a ser utilizado como um conceito legal para a EaD no Brasil.

Em 08 de junho de 2006, destaca-se a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituída por intermédio do Decreto Federal nº 5.800, como política pública. Este programa nasceu com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, com o propósito de execução das políticas educacionais na modalidade a distância

Assim, em 2013, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) iniciou as atividades do Convênio n.º 78.2376/2013, com o desenvolvimento de diversas ações para qualificar a gestão pedagógica, administrativa, orçamentária e financeira dos cursos em

desenvolvimento – Licenciatura em Pedagogia, foco deste estudo, bem como Bacharelado em Administração Pública e Pós-Graduação lato *sensu* em Gestão Pública, e Pós-Graduação lato *sensu* em Gestão Pública Municipal, com recursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Ministério da Educação.

Nesse contexto, uma necessidade que se apresenta é investir em um Projeto Político Pedagógico de curso que privilegie concepções dialógicas, libertadoras, bem como a formação adequada de profissionais para condução de todo o processo, a chamada equipe multidisciplinar, imprescindível nas instituições que desenvolvem ações na modalidade EaD, aqui entendida como aquela formada pelos profissionais: coordenadores, professores, tutores, designers instrucional e gráfico, revisores, pedagogos, administrador da plataforma, coordenador da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UEMG e outros atores. Dessa forma, nesta pesquisa, será considerado o conceito de equipe multidisciplinar de Mercado (2018), que

envolve vários profissionais com funções de apoio à docência, gestão e coordenação pedagógica, na produção de conteúdo de texto e audiovisuais, no suporte de tecnologias de informação específica e qualificada [...] os profissionais dessa equipe são responsáveis pelo apoio técnico, administrativo e pedagógico – ao planejamento e à realização de cursos e atividades na EaD (ABED 2015). Geralmente, as suas atribuições estão detalhadas e previstas no plano de desenvolvimento institucional (PDI) e nos projetos pedagógicos de cursos (PPCs) da instituição de ensino superior. (MERCADO, 2018, p. 222).

Nesse panorama, entende-se que há necessidade de reflexão sobre o contexto, incluindo a discussão sobre a concepção tecnológica, muitas vezes sem a devida reflexão acerca das metodologias utilizadas, o que ocasiona a reprodução do modelo de ensino tradicional, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação apenas como recurso.

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Em um contexto de aceleradas mudanças econômicas e sociais e de reformas das instituições educacionais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ressaltou que a “globalização educacional e a internacionalização do conhecimento trazem consigo o enorme desafio de a educação superior conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e diminuir as assimetrias sociais” (SINAES, 2009, p. 23).

De tal modo, em 1993, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), cuja base conceitual foi elaborada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e sancionado pelo governo da época, que buscava avaliar as universidades nos critérios de dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade. O Provão (Exame Nacional de Cursos) foi criado em 1996, com o objetivo de acompanhar a qualidade do ensino superior no país. O último ano de aplicação do Provão foi 2003, quando atingiu 26 áreas de conhecimento. Esta avaliação era um exame, escrito, aplicado a estudantes concluintes selecionadas pelo MEC, em todo o território nacional.

Em 1996, com a promulgação da Lei nº 9394, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, o MEC passou a exigir avaliações periódicas de todos os níveis do sistema educacional. No ensino superior, esta obrigação da avaliação foi reforçada pela exigência de renovação periódica do credenciamento das instituições e do reconhecimento dos cursos, a partir de avaliações prévias.

O sistema de avaliação da educação superior no país, objetiva melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, tanto nas dimensões de ensino e pesquisa, quanto de extensão, gestão e formação, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação superior e orientando a expansão da oferta.

Por meio da regulamentação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que regulamentou o processo de avaliação institucional da Educação Superior no Brasil e foi instituído para cumprir os dispositivos estabelecidos na Lei nº 9.394 de 1996.

Com o SINAES, pela primeira vez foi instituído no país um sistema de avaliação da Educação Superior, substituindo ações avaliativas desconectadas, constituído por três grandes pilares: a Avaliação Institucional composta pela autoavaliação e avaliação externa; a Avaliação da Graduação e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE).

Investigar a avaliação institucional justifica-se por sua relevância, hoje, como um instrumento determinante para auferir os valores vigentes e determinar as configurações e finalidades das instituições educativas e de pesquisa, pois, de acordo com o SINAES (2009),

dois dos mais importantes critérios da qualidade da educação superior consistem “na relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento do conjunto da população e para o avanço da ciência e na sua eficácia para fortalecer as preferências éticas e políticas dominantes em um determinado momento histórico” (SINAES, 2009, p.95).

Na Universidade do Estado de Minas Gerais, objeto deste estudo, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UEMG/2015-2024, iniciou-se a avaliação institucional em 2011, em formato experimental, objetivando que sua formalização e consolidação contribuíssem para a melhoria dos cursos.

Em 2007, em complemento às determinações da LDB/Decreto 5.622/2005, do Decreto 5.733/2006 e Portarias Normativas 1 e 2/2007, a SEED/MEC apresentou os Referenciais de Qualidade para a educação a distância. Esse documento tem como objetivo ser uma referência para subsidiar os atos da administração pública, referentes aos processos de regulação, supervisão e avaliação dessa modalidade de ensino. Assim, esse documento passou a ter função indutora, em termos da própria concepção teórico-metodológica da Educação a Distância, bem como da organização de sistemas de EaD para as IES, entre as quais a UEMG, cenário desta pesquisa. Também passou a garantir qualidade nos processos de Educação a Distância e a coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EaD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade.

Assim, entre 2015 e 2016, o CEE/MG fez um Relatório com o objetivo de avaliar o possível Recredenciamento da UEMG como IES. Para tanto, foi feita uma avaliação dos Cursos de Graduação na modalidade a distância à época, Curso de Bacharelado em Administração Pública e Curso de Pedagogia, pela Comissão de Avaliação no CEE/MG responsável pelo Relatório de Avaliação destes cursos. E ao INEP, nestas IES Públicas Estaduais, cabe avaliar apenas os Polos de Apoio Presencial, onde ocorrem atividades presenciais destes Cursos de Graduação na modalidade a distância, entre eles, o Curso de Pedagogia EaD/UEMG, foco deste estudo.

Dessa forma, consideramos significativo construir e validar um instrumento para avaliar o Curso de Pedagogia EaD/UEMG, por meio da percepção de estudantes, a partir das dimensões: a) material didático; b) avaliação; c) equipe multidisciplinar; d) infraestrutura de apoio; e) gestão Acadêmico-Administrativa, e f) sustentabilidade financeira (POLÍTICAS

PARA A EaD UEMG, 2016, p. 28 e 29) , que orientarão e nortearão o desenvolvimento desta pesquisa. Conforme reforçam Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 240), a abordagem da avaliação centrada nos participantes, neste estudo, os estudantes, enfatiza o elemento humano e "[...] dirige a atenção do avaliador para as necessidades daqueles para quem a avaliação está sendo feita e enfatiza a importância de um objetivo ambicioso: ver o programa de diferentes pontos de vista."

### **ANÁLISE DE DADOS: Curso de Pedagogia EaD/UAB/UEMG – Turma 2014**

Este tópico apresenta a análise dos dados obtidos por meio da aplicação do instrumento de avaliação institucional (Avaliação da Disciplina – AD), respondido pelos 200 estudantes do Curso de Pedagogia EaD/UEMG, turma 2014-2018, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, por disciplina, durante o referido curso.

#### *Perfil dos estudantes – Turma 2014*

- a) Escolaridade: a maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia EaD/UEMG/UAB, turma de 2014, declarou ter o Ensino Médio no ato da matrícula, perfazendo 92%, seguidos de 8% que declarou ter Ensino Profissionalizante.
- b) Gênero: a maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia EaD/UEMG/UAB da turma de 2014 declarou ser do gênero feminino, 88%, e 12% se declarou do gênero masculino. Estes dados coincidem com os dados do Censo da Educação Superior de 2018, que também revelou predomínio do sexo feminino nesta modalidade de ensino, bem como também ficou evidente a maioria feminina nos cursos de licenciatura, representado por 59,76% das matrículas (BRASIL, 2019).

#### *A relação dos estudantes com a equipe multidisciplinar*

Em diversos comentários, como o exemplificado a seguir, percebemos uma possível falta de meios de interação dos estudantes com a Coordenação e/ou professores formadores. Também observamos uma possível falta de tabulação e análise dos dados levantados por este questionário, respondido pelos estudantes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por disciplina, pois, assim, a avaliação teria sido feita processualmente e as resoluções providenciadas durante o Curso, para atendimento às demandas dos estudantes. Como podemos perceber no comentário do estudante 3:

*“Estou desapontada com o curso, muita demora nas respostas enviadas e falta de aula prática para melhor entendermos as atividades, que aliás sempre muito confusas”.*  
(A3<sup>1</sup>)

A respeito da relação entre tutores e estudantes, 64% dos cursistas responderam que quase nunca o tutor os encorajava a participar. Nesse sentido, percebemos que a dimensão ‘organização didático-pedagógico’ do documento Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007) possivelmente não foi trabalhada de forma potencializada pela IES. Dessa forma, o estudante não se sente pertencente ao processo de ensino e aprendizagem, o que não favorece sua autoconfiança e prejudica a qualidade da sua aprendizagem. Conforme apontado por Rezende (2012),

Na EAD, a avaliação funciona como um estímulo à aprendizagem favorecendo a autoconfiança do estudante a partir dos feedbacks dos professores e/ou tutores; deve ser um instrumento de apoio ao processo de construção do conhecimento do aprendiz (REZENDE et al., 2012, p. 5).

Em relação à perspectiva dos estudantes com seu próprio aprendizado, os dados evidenciaram que o curso possibilitou ao estudante acesso às informações atualizadas e concernentes para a atuação profissional na Pedagogia. Percebemos, também, que os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram suas atividades profissionais, bem como propiciaram conhecimentos atualizados/contemporâneos em sua área de formação. Gomes (2016, p. 16) afirma que a inclusão educacional deve considerar a formação de um cidadão capaz de refletir criticamente o contexto em que está inserido e que o sensibilize para se comprometer com a transformação social. Como podemos verificar nos comentários dos estudantes 6, 7 e 8:

*“Muito relevante o estudo desta disciplina, contribuirá muito para meu crescimento.”* (A6)

*“A disciplina me ajudou muito pois já sou professora e assim, pude aprimorar ainda mais o meu trabalho.”* (A7)

*“Acho que as atividades deveriam ser mais claras e objetivas, além de condizentes com a disciplina.”* (A8)

Em contraponto a estes comentários, o estudante A12 afirmou que os conteúdos

---

<sup>1</sup> Para preservar o anonimato dos participantes, os identificamos pela letra A seguida de numeral.

trabalhados no Curso de Pedagogia EaD/UEMG (Turma 2014) estavam distantes da prática pedagógica, como observamos neste comentário:

*“Tenho gostado muito do curso e procuro absorver o máximo. Embora não atue ainda na área, tenho observado nos estágios e também nos relatos de experiência dos colegas, que infelizmente muito do que aprendemos não condiz com a realidade vivenciada nas escolas, mas não podemos perder a esperança de que mudanças sempre podem acontecer e nada melhor do que estarmos preparados para elas.” (A12)*

Verificamos que mais da metade dos estudantes, 56%, respondeu que frequentemente aprendia como fazer para melhorar o seu desempenho profissional, enquanto 38% disse que quase nunca aprendia como fazer para melhorar seu desempenho profissional, e para 5%, algumas vezes. Entendemos, como Demo (2000, p. 9), que a aprendizagem é marcada profundamente pela virtude de trabalhar "os limites em nome dos desafios e os desafios dentro dos limites."

Ao serem questionados sobre a aprendizagem e a conexão com a atividade profissional, mais da metade dos estudantes, totalizando 51%, frequentemente aprendeu conteúdos durante o Curso, estabelecendo boas conexões com suas atividades profissionais, e 41% dos estudantes responderam que quase sempre. O que corrobora o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia EaD/UEMG/UAB (2013), que apresenta como um dos objetivos do curso, que os egressos tenham entendimento do processo educacional numa perspectiva de totalidade, sendo profissionais capazes de desenvolver as atividades próprias do pedagogo, assim como passou a ser solicitado pelas instituições no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nas conjecturas desta proposição, aporta-se a defesa de que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino em destaque no atual cenário, marcado por constantes transformações tecnológicas, e no qual a qualidade dos cursos ofertados reflete o seu posicionamento político e social no panorama da educação brasileira, com potencial de transposição das barreiras geográficas, ampliando, assim, as possibilidades de acesso à educação.

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que a análise de instrumentos de avaliação configura-se numa ferramenta que amplia o olhar reflexivo sobre os modelos

pedagógicos adotados institucionalmente e seu potencial de melhoria constante do processo educativo. O que torna importante, compreender as racionalidades dos diferentes formatos de avaliação, sejam pedagógicas ou institucionais, bem como a compreensão de suas consequências e implicações.

Neste aporte, esta pesquisa é relevante para a UEMG, que desempenha um importante papel na formação de cidadãos em todo o Estado de Minas Gerais – sendo *Multi-campi* e gratuita – a partir das ações da EaD, buscando oferecer formação profissional, maior democratização de acesso ao Ensino Superior e contribuição para a inclusão social, por meio da oferta de cursos de graduação, pós-graduação e ações diversas de ensino, pesquisa e extensão, agregando o uso da tecnologia aplicada à educação. Ainda no contexto organizacional, espera-se que este estudo contribua para a institucionalização, fortalecimento e promoção da expansão da EaD na Universidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adálcio Carvalho de. **Egressos da EJA no curso de administração pública EAD/FaPP/UEMG: uma análise dos fatores motivacionais da interrupção e retomada das trajetórias escolares e a continuidade dos estudos em nível superior na EAD** / Adálcio Carvalho de Araújo. – Belo Horizonte, 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sistema Nacional**

**de Avaliação da Educação Superior:** da concepção à regulamentação. Brasília: Inep/MEC, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº.2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 fev. 1998

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação:** entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

GOMES, Suzana dos Santos. Letramento digital na formação inicial de professores: a visão de graduandos de pedagogia EaD. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 3, p.579-592, set./dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15941/pdf>>. Acesso: 27 jun. 2020

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Equipe Multidisciplinar em Educação a Distância (tic). In: MILL, D. (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância.** Campinas: Papyrus, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES). SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional UEMG – PDI 2015-2024.** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.uemg.br/>. Acessado em 05 de Agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Políticas para a EaD na UEMG.** Coordenadoria de Educação a Distância – Pró-reitoria de Ensino. Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia EaD (aprovado em maio de 2010 e atualizado em setembro de 2015).** Coordenadoria de Graduação – Pró-reitoria de Ensino. Belo Horizonte, 2015.